

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	2019		2018	
	Imposto de renda	Con-tribuição social	Imposto de renda	Con-tribuição social
Imposto de renda e contribuição social corrente	(7.614)	(4.755)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido				
Resultado da marcação a mercado	(15.147)	(15.147)	1.885	1.885
Provisões não dedutíveis temporariamente	(1.732)	(1.732)	(116.548)	(4.326)
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(13.586)	(13.586)	98.407	98.407
Provisões não dedutíveis CSLL a 15%	-	-	-	(112.222)
Outras diferenças temporárias	6.576	6.576	5.783	5.783
Base tributável diferida	(23.889)	(23.889)	(10.473)	(10.473)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(5.972)	(3.583)	(2.618)	(1.404)

	Grau de relação	2019	2018
Receitas/(despesas)			
Resultado de câmbio	Controladora	(148.903)	4.043.008
Outras receitas operacionais	Outras partes relacionadas	157	157
Receita de Prestação de Serviços	Controladora	24.213	23.629
Despesas de operações compromissadas	Outras partes relacionadas	(9)	(36)
Despesas com depósitos interfinanceiros	Outras partes relacionadas	(7.708)	(7.619)
Resultado de empréstimos no exterior	Controladora	(93.103)	568.632

	2019	2018
Comunicação, publicações, promoções e relações públicas	(743)	(702)
Manutenção e conservação de bens	(713)	(464)
Despesas de transporte e viagem	(453)	(492)
Serviços de terceiros	(177)	(264)
Seguros, água, energia e gás	(102)	(227)
Outras despesas administrativas	(3.294)	(4.132)
Total	(27.393)	(22.912)

19 Operações com partes relacionadas

As operações efetuadas com partes relacionadas foram realizadas com base em condições usualmente praticadas pelo mercado e os saldos estão demonstrados como segue:

	Grau de relação	2019	2018
Ativo/(passivo)			
Depósitos à vista	Outras partes relacionadas	(711)	(320)
Depósitos interfinanceiros	Outras partes relacionadas	(255.790)	(247.392)
Obrigações por operações compromissadas	Outras partes relacionadas	(834)	(1.253)
Empréstimos no exterior	Controladora	(7.416.995)	(3.959.597)
Outros créditos - câmbio	Controladora	20.667.348	7.741.252
Outras obrigações - câmbio	Controladora	(20.672.766)	(7.779.882)

As mencionadas operações foram realizadas, basicamente, com ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A., ING Capital Markets LLC e ING Bank N.V. Amsterdã, em conformidade com a Resolução nº 3.750/09 do BACEN. A remuneração total do pessoal-chave da administração para o semestre findo em 30 de junho de 2019 foi de R\$ 3.104 (R\$ 2.576 em 2018) de remuneração fixa, e de R\$ 1.473 (R\$ 2.669 em 2018) de remuneração variável, consideradas como benefício de curto prazo.

a) Remuneração baseada em ações

A Filial participa de um programa global de remuneração de longo prazo "Long-Term Sustainable Performance Plan", patrocinado pelo ING Groep N.V. de Amsterdã. Este Programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (*vesting period*), que ocorrem em tranches de 1/3 pelos próximos três anos da data da outorga, regra estabelecida e terá validade enquanto houver vínculo societário do funcionário com a entidade local.

No *vesting date* os participantes poderão optar por ficar com as ações, vender a totalidade ou ficar com parte das ações. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio.

A Filial registrou despesas no valor de R\$ 195 (R\$ 343 em 2018), tendo como contrapartida a conta de "Reserva de capital".

20 Despesas administrativas

Outras despesas administrativas referem-se a:

	2019	2018
Serviços prestados por parte relacionada	(7.234)	(7.067)
Processamento de dados	(4.508)	(3.016)
Serviços técnicos especializados	(4.317)	(3.338)
Aluguel	(2.172)	(1.282)
Serviços do sistema financeiro	(1.980)	(1.572)
Depreciação e amortização	(1.700)	(356)

21 Informações adicionais

a) As garantias prestadas no País somam o montante de R\$ 935.067 (R\$ 1.139.717 em 2018). A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 4.512/16 do Banco Central do Brasil. As provisões são efetuadas aplicando o mesmo critério de provisionamento utilizado para as operações de crédito, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 (CMN), as garantias estão vinculadas ao risco de crédito.

b) A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Grupo ING, nos termos da Resolução nº 2.283/96, do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores. Em 30 de junho de 2019, o valor do índice de Basileia era de 16% (17% em 2018).

c) A Filial patrocina a complementação de aposentadoria de seus empregados através de um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida. As despesas com contribuições efetuadas pela Filial durante o semestre findo em 30 de junho de 2019 totalizaram R\$ 603 (R\$ 424 em 2018).

d) Outras receitas operacionais correspondem substancialmente a atualização de depósitos judiciais R\$ 2.394 (R\$ 2.157 em 2018), variações monetárias ativas de créditos a compensar R\$ 397 (R\$ 540 em 2018), comissão sobre compromisso de crédito R\$ 685 (R\$ 739 em 2018), reserva de crédito de previdência privada R\$ 4.705 (não havia em 2018) e outras rendas no valor de R\$ 1.771 (R\$ 1.922 em 2018).

e) Outras despesas operacionais correspondem basicamente a atualizações de riscos fiscais no montante de R\$ 389 (R\$ 1.075 em 2018), provisão para despesas com risco de crédito sobre os derivativos no montante R\$ 911 em 2018 e provisão para garantias prestadas R\$ 12.622 (R\$ 13.631 em 2018).

A Diretoria

RICARDO E. OTANI - CONTADOR - CRC 1SP221880/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do

ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria

em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de agosto de 2019



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

<http://www.ingwb.com/network-offices/americas/brasil>

●●●
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ATOS SOCIETÁRIOS. NO DCI, SUA PUBLICIDADE LEGAL TEM O MELHOR CUSTO/BENEFÍCIO

Acesse: dci.com.br/publicidadelegal



Ligue: 11 5095-5300

DCI. EFICAZ EM PUBLICIDADE LEGAL.